



PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO
Governo do Estado do Ceará

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2011.1

Nome completo: _____ Inscrição N.º: _____

Identidade N.º: _____ Órgão Expedidor: _____

PROVA OBJETIVA

Data de aplicação: 27/03/2011

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

01. Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao receber este caderno, confira se ele contém 30 (trinta) questões, com 05 (cinco) alternativas de resposta, correspondente à Prova Objetiva.
03. Preencha seus dados pessoais neste Caderno.
04. A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo determinado para o preenchimento da Folha de Respostas e transcrição das respostas para as folhas de texto definitivo das questões da Prova Discursiva.
05. O candidato deverá permanecer por, no mínimo, 1 (uma) hora após o início das provas.
06. Aconselha-se assinalar, inicialmente, a resposta de cada questão neste caderno e, só depois, transferi-la para a Folha de Respostas. Não é permitida a utilização de qualquer material de consulta, nem comunicação com outros candidatos.
07. Para marcar a Folha de Respostas utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta. A marcação na Folha de Resposta é definitiva, não admitindo rasuras. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Resposta por erro de preenchimento do candidato.
08. Só marque **UMA** resposta para cada questão.
09. Só se deve levantar-se com autorização dos fiscais da sala. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe unicamente ao candidato interpretar e decidir.
10. É obrigatória a devolução do caderno de provas. O gabarito da prova objetiva e a íntegra dos respectivos cadernos de prova serão divulgados no site da PGE-CE (www.pge.ce.gov.br), 1 (um) dia após sua realização.

Assinatura do Candidato: _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – Não é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- B) cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- C) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
- D) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- E) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

02 - À União, Estados, Distrito Federal e Municípios compete legislar concorrentemente sobre:

- A) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- B) serviço postal;
- C) trânsito e transporte;
- D) organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
- E) previdência social, proteção e defesa da saúde.

03 – Não se incluem entre os bens dos Estados:

- A) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;
- B) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;
- C) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;
- D) as terras devolutas não compreendidas entre as da União;
- E) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

04 – De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta

de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- A) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
- B) somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
- D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- E) as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma, exclusivamente, da lei.

05 – De acordo com a Constituição Federal de 1988 e suas Emendas posteriores:

- A) O pagamento de precatórios deverá ser realizado obrigatoriamente no mesmo ano em que foi inscrito;
- B) A Emenda Constitucional nº. 20/2010 criou nova hipótese de pagamento de valores devidos pelo Erário, sem a expedição de precatório, a denominada Requisição de Pequeno Valor;
- C) O credor da Fazenda Pública terá preferência no pagamento do precatório apenas se possuir idade superior a setenta e cinco anos da data de sua expedição, ainda que este seja de caráter alimentar;
- D) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça;
- E) Caberá sequestro dos valores devidos pelo

Erário sempre que atrasar ou frustrar-se o pagamento dos Precatórios, alimentares ou não.

06 – Sobre o Conselho Nacional de Justiça, podemos afirmar:

A) É um órgão jurisdicional, criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, com a finalidade precípua de controlar as decisões judiciais dos órgãos inferiores do Poder Judiciário;

B) É parte integrante do Poder Judiciário, motivo pelo qual todos seus membros são magistrados;

C) O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, em suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal;

D) Sua composição inclui membros do Ministério Público da União e da Advocacia, escolhidos através do quinto constitucional;

E) As decisões emanadas do Conselho Nacional de Justiça são irrecorríveis e insuscetíveis de apreciação pelo Poder Judiciário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

07 – A respeito da desapropriação direta, é correto dizer:

A) os juros moratórios são devidos a partir da imissão antecipada na posse pelo Poder Público;

B) os juros compensatórios são devidos a partir da imissão antecipada na posse pelo Poder Público;

C) a indenização contemplará as benfeitorias necessárias e úteis, mesmo realizadas após o ato expropriatório e sem autorização do ente expropriante;

D) a declaração de interesse social do bem para fins de reforma agrária cabe ao Chefe de Poder Executivo estadual, podendo ser veiculada por Decreto;

E) é vedado à União desapropriar bens de domínio público.

08 – Segundo o Direito Administrativo, os pareceres jurídicos classificam-se, conforme seus efeitos, como atos administrativos:

A) declaratórios;

B) enunciativos;

C) constitutivos;

D) negociais;

E) de gestão.

09 – É elemento típico da relação estabelecida entre o Poder Público e seus agentes públicos:

A) ausência do direito de greve e sindicalização;

B) garantia da aquisição da estabilidade;

C) possibilidade excepcional de nomeação sem concurso público;

D) isenção de impostos sobre a remuneração, dado o princípio da irredutibilidade;

E) possibilidade de cumulação remunerada de cargos, desde que se verifique compatibilidade de horários.

10 – Aplica-se às licitações o princípio da isonomia. Diante de tal princípio, é vedado que conste no ato convocatório do certame cláusulas que impeçam ou restrinjam excessivamente a competitividade. De acordo com tal princípio e considerando o sistema jurídico brasileiro, será reputada inválida cláusula:

A) que exija que o participante demonstre não explorar trabalho infantil ou escravo;

B) que exija que o participante comprove regularidade fiscal perante o órgão fazendário competente;

C) que exija comprovação de inscrição do participante em órgão de fiscalização de exercício de atividade profissional correspondente;

D) que exija comprovação de experiência do participante, demonstrando já ter executado obra ou serviço semelhante para o mesmo ente público;

E) que comprove qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

11 - O aumento de um tributo sobre matérias-primas que implicar a maior onerosidade para o cumprimento do contrato administrativo pelo contratado é um exemplo de:

A) fato da administração;

B) força maior;

C) caso fortuito;

D) sujeição imprevista;

E) fato do príncipe.

12 - A respeito da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a opção correta:

A) a Constituição Federal prevê a responsabilidade objetiva da administração pública na prática de atos comissivos e omissivos;

B) a empresa pública prestadora de serviço público responde objetivamente por atos danosos que venha a cometer em detrimento de particular;

C) a responsabilidade do ente público depende de prova da ilegalidade da atuação administrativa;

D) o conteúdo da responsabilidade objetiva impede que o agente público causador do dano responda perante o Estado;

E) a independência do Poder Judiciário impede a indenização por erro judiciário.

DIREITO CIVIL

13 – Com relação às pessoas jurídicas de Direito Privado, assinale a alternativa correta:

A) a elas não se aplicam os direitos da personalidade, que são restritos às pessoas naturais;

B) as associações são constituídas para fins econômicos;

C) é pacífico o entendimento de que podem sofrer dano moral;

D) a criação de uma fundação depende de dotação especial de bens efetuada por meio de escritura pública, documento particular ou testamento;

E) a desconsideração da personalidade jurídica extingue a pessoa jurídica de Direito Privado por ela alcançada.

14 - Nos termos da Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que:

A) Na falta de previsão específica, uma lei entra em vigor no momento da publicação;

B) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova;

C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior;

D) Se, antes de entrar uma lei em vigor, ocorrer

nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de *vacatio legis* continuará a correr contando da primeira publicação;

E) A lei posterior geral revoga a lei anterior especial que com ela seja incompatível.

15 - Acerca da responsabilidade civil, aponte a opção verdadeira:

A) É imprescritível a responsabilidade civil pelos danos morais causados por torturas praticadas pelo Estado durante o regime militar;

B) A responsabilidade civil do Estado, quando vinculada a condutas comissivas, depende da comprovação de culpa do servidor;

C) A responsabilidade por abuso de direito é subjetiva, exigindo a comprovação da culpa do causador do dano;

D) A ação indenizatória se sujeita a prazo decadencial;

E) O dano estético não é cumulável com o dano moral, porque ambos possuem a mesma natureza.

16 – Quanto ao negócio jurídico, seus elementos, validade e defeitos, assinale a opção correta:

A) a conversão substancial do negócio jurídico permite sua ratificação em caso de nulidade;

B) salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei, somente se admite a anulação do negócio jurídico oneroso por fraude contra credores caso se comprove que o adquirente de um determinado bem conhecia o estado de insolvência do alienante;

C) A simulação torna anulável o negócio jurídico;

D) O termo inicial, enquanto não ocorre, impede a aquisição e o exercício do direito previsto no negócio jurídico;

E) O Código Civil, de forma expressa, somente reconhece a ocorrência do vício da lesão caso comprovado o dolo de aproveitamento, ou seja, o conhecimento da outra parte acerca da situação de necessidade ou inexperiência do lesado.

17 – Com relação aos vícios do negócio jurídico, é certo afirmar que:

A) Fraude contra credores e fraude à execução são vícios sociais;

B) A comprovação de dolo de terceiro anula o negócio jurídico independentemente do

conhecimento do outro contratante;

C) A coação de terceiro torna nulo o negócio jurídico;

D) Os vícios de consentimento permitem anular o negócio jurídico;

E) Os vícios sociais tornam nulo o negócio jurídico.

18 – Acerca do Direito das Sucessões, é **incorreto** afirmar que:

A) Descendentes, ascendentes e cônjuge são herdeiros necessários;

B) É possível aceitar parcialmente um quinhão hereditário;

C) A renúncia de herança deve ser sempre expressa;

D) O cônjuge, em concorrência com descendentes comuns, herda quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo, entretanto, receber menos de um quarto dos bens sujeitos à concorrência;

E) O cônjuge não concorre com os descendentes caso seja casado no regime de comunhão universal de bens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19. Assinale a alternativa **falsa**. Segundo o CPC, serão representados em juízo, ativa e passivamente:

A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, por seus procuradores;

B) o Município, por seu Prefeito ou procurador;

C) a herança jacente ou vacante, por seu curador;

D) o espólio, pelo síndico da massa de bens;

E) as pessoas jurídicas, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores.

20. Quanto às intervenções de terceiro, segundo o CPC, é **falso dizer**:

A) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos;

B) Aquele que detiver a coisa em nome alheio,

sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor;

C) A denunciação da lide pode ser apresentada pelo autor ou pelo réu sendo modalidade de mera inserção e não de ação;

D) A denunciação da lide é obrigatória ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta;

E) É admissível o chamamento ao processo dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.

21. Assinale a opção **falsa**. Compete ao Ministério Público intervir:

A) nas causas em que há interesses de incapazes;

B) nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela;

C) em todas as causas em que há interesse da Fazenda Pública;

D) nas causas de interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade;

E) nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural.

22. É **falso dizer** que se extingue o processo, sem resolução de mérito:

A) quando o juiz indeferir a petição inicial;

B) quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

C) quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

D) quando o juiz acolher a alegação de prescrição, litispendência ou de coisa julgada;

E) quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.

23. É **falso dizer**: Na fase de cumprimento-execução da sentença, a impugnação do executado somente poderá versar sobre:

A) falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia;

B) cumulação indevida de execuções;

- C) inexigibilidade do título;
- D) penhora incorreta ou avaliação errônea;
- E) ilegitimidade das partes.

24. Assinale alternativa **falsa**. Segundo o CPC, no processo de conhecimento de rito ordinário, a petição inicial indicará:

- A) o juiz ou tribunal, a que é dirigida;
- B) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
- C) o rol de testemunhas, no número máximo de três;
- D) o pedido, com as suas especificações;
- E) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Nas questões abaixo, assinale a alternativa correta:

25. Qual o fato gerador do ICMS:

- A) circulação de mercadorias;
- B) venda de mercadorias;
- C) saída de mercadorias;
- D) compra de mercadorias;
- E) emissão de nota fiscal.

26. As taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos porque:

- A) taxa é um tributo vinculado a uma atividade do contribuinte;
- B) taxa é um tributo não vinculado a uma atividade estatal específica;
- C) taxa é um tributo vinculado a uma atividade estatal específica;
- D) taxa não depende de qualquer atividade quer seja do estado quer seja do contribuinte;
- E) taxa não é um tributo.

27. Contribuinte do “Imposto de transmissão *causa mortis* e doação” é:

- A) o *de cuius* proprietário do bens herdados;
- B) o herdeiro ou legatário que renunciou à herança ou legado;
- C) a meeira;
- D) quem realizar o lançamento do crédito tributário;
- E) o herdeiro ou legatário.

28. O princípio da não-cumulatividade do ICMS:

- A) significa que imposto pago na aquisição não pode ser abatido do imposto devido;
- B) significa que imposto pago na aquisição de mercadoria pode ser abatido do imposto devido na venda;
- C) é mera conta aritmética cujo resultado final é zero;
- D) somente pode ser utilizado quando o Estado autoriza;
- E) não tem qualquer influência na apuração do valor do ICMS.

29. O fato gerador do IPVA é:

- A) a posse de um veículo;
- B) é a venda de um veículo;
- C) é a propriedade de veículo;
- D) é a doação de um veículo;
- E) nenhuma das alternativas.

30. As alíquotas do ICMS são fixadas:

- A) por decreto do Governador do Estado;
- B) por resolução da Assembleia legislativa;
- C) de acordo com o estabelecido em lei complementar;
- D) por convênio celebrado entre os Estados;
- E) por lei do titular da competência tributária.